




**o trabalhador**  
*da CML*

**Organizar, unir e lutar  
pela nossa vida  
e pelos nossos direitos!**



Os Trabalhadores da Câmara  
**LUTAR**  
Contra o desmantelamento de Serviços  
Pela manutenção dos postos de trabalho e

**Demissão do governo: um imperativo nacional!**

**40º Aniversário da Revolução do 25 de Abril!**

## Basta!

Uma nova realidade irá marcar a vida de aqui em diante para muitos trabalhadores da Câmara Municipal, compulsivamente arrastados para as juntas de freguesia por um poder político que decide em função dos seus próprios interesses, desprezando vontades e aspirações de quem durante décadas deu o seu melhor em prol da cidade e do bem-estar dos lisboetas.

Apesar de tudo, não podemos nem devemos baixar os braços, desmotivados ou pensar sequer que a luta acabou. **Não!** Entramos numa nova realidade, é certo, mas será a mesma estratégia assumida ao longo dos últimos 37 anos que determinará a salvaguarda dos nossos direitos, ou seja, será através da organização da nossa vontade, junto à vontade de outros, que influirá em grande medida na construção de uma força coletiva, suficientemente forte à defesa das nossas condições de trabalho e de vida.

O STML assumirá igualmente o seu papel em todo este processo e, neste sentido, estará nas juntas de freguesia, ao lado dos trabalhadores que representa. Dando corpo a esta ideia, durante o mês de Fevereiro decorreram um conjunto de reuniões com presidentes de junta que procuraram materializar o objetivo de defender os direitos e interesses dos trabalhadores. Neste contexto deve-se valorizar a possibilidade da assinatura do ACEEP, já concretizado com a CML e, esperamos com a maior brevidade possível, que o seja igualmente com todas as juntas de freguesia.

No plano interno da autarquia, teremos pela frente um novo desafio com a mais do que provável reorganização dos serviços, depois deste mal-amado desmantelamento a que a Câmara Municipal foi sujeita.

Também aqui será determinante a nossa capacidade de organização e ação, na apologia e manutenção de serviços públicos municipais de qualidade, eficientes e eficazes, defendendo simultaneamente os nossos direitos mas também os direitos das populações de Lisboa.

Todos sabemos que por de trás da vontade política deste executivo, se movem os interesses privados, que aguardam pacientemente há largos anos a possibilidade de explorar importantes áreas de interesse público, potenciadoras de enormes lucros. Saber identificar atempada e concretamente estas ameaças, e saber reagir em conformidade com força conseqüente, será porventura o nosso maior desafio. Cá estaremos para o ultrapassar, com a força de todos, com a força de quem luta!

É com a consciência da nossa força, que não devemos dissociar a realidade do município às malfetorias que o governo ilegal e ilegítimo de Passos e Portas nos querem continuar a impor. Temos a convicção que na presença de um **outro** governo, o PS de António Costa não teria força para aplicar a política que hoje contestamos na cidade, e na autarquia de Lisboa em particular.

O desgoverno do PSD/CDS, responsável pela austeridade institucionalizada, materializada em roubos sucessivos e potencialmente definitivos, tem conduzido a uma degradação inexorável das nossas vidas que, como tal, é inaceitável, merecendo conseqüente e inevitavelmente, o repúdio e contestação de milhões de portugueses de norte a sul do país.

Uma política que se prevê continuar, mesmo depois da saída da troika no próximo mês de Maio. Não nos resta outra solução portanto, que não seja defender a nossa vida e a nossa dignidade através da luta de massas, envolvendo um crescente número de portugueses que não aguentam mais um (des)governo que há muito vive de facto 'acima das suas possibilidades'.

Nesta perspetiva se destaca a luta incansável de milhares de trabalhadores, reformados, jovens e desempregados no dia **1 e 27 de feve-**

**reio**, nas jornadas de luta convocadas pela CGTP-IN, mas também no **dia 14 de março**, na manifestação nacional da administração pública convocada pela Frente Comum. E assim será seguramente no **dia 28 de março**, na manifestação nacional da Juventude Trabalhadora, como nos grandes protestos populares expetáveis, associados à comemoração da revolução do 25 de Abril, este ano no seu 40º aniversário, e ao dia 1 de Maio, Dia Internacional do Trabalhador.

Em 2014, completamos 40 anos de democracia e liberdade, depois de 48 anos de ditadura, repressão, pobreza e miséria. Os partidos do 'arco da governação', como pomposamente denominam hoje em dia PS/PSD e CDS, querem-nos empurrar para esse passado sem perspetivas de futuro. É preciso dizer **basta!** e, de uma vez por todas, construir a alternativa que o país e os portugueses há muito ambicionam e necessitam. Será com a força de todos que alcançaremos esse propósito! Será com responsabilização e consciência que derrotaremos aqueles que nos querem calados, pobres e mal-amados.

Demitir o governo apátrida de Passos e Portas é a primeira etapa deste caminho! ■



**Não damos tréguas  
a quem nos lixa a vida!**



o **trabalhador**  
da CML  
<http://www.stml.pt>

**Diretor:** Vítor Reis ■ **Corpo Redatorial:** Luís Dias, Nuno Almeida, Mário Rui Souto, José Malhadas, Henrique Bastos ■ **Propriedade:** Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa ■ **Administração e Redação:** Rua de São Lázaro, 66 - 1º Dtº 1150-333 Lisboa - Telfs. 218 885 430 / 5 / 8 - Fax 218 885 429 - **Email:** stml@stml.pt ■ **Internet:** www.stml.pt ■ **Impressão:** MX3 Artes Gráficas, Lda ■ **Periodicidade:** Bimestral ■ **NIF:** 500850194 ■ **Distribuição:** Gratuita aos sócios do STML ■ **Tiragem:** 4.000 exs. ■ **Depósito Legal:** 17274/87 ■ Este jornal está escrito com as regras do novo Acordo Ortográfico ■

# A importância da assinatura do ACEEP com a CML – um instrumento na defesa dos trabalhadores!



Foi assinado, no passado dia 6 de fevereiro, nos Paços do Concelho, um **Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública (ACEEP)**, entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa.

Sendo a matéria que cabe em Acordo Coletivo, na Administração Pública (Central, Regional ou Local), bastante limitada, pois apenas prevê incluir a organização e duração do tempo de trabalho, questões de Saúde e Segurança no Trabalho e Formação Profissional, consideramos este ACEEP bastante completo, garantindo uma série de direitos aos trabalhadores da CML, sendo extensivos a todos os que agora transitam para as Juntas de Freguesia.

No que diz respeito à duração da jornada de trabalho e organização dos horários, é de salientar a manutenção das 35 horas semanais e sete horas diárias, realizadas de segunda a sexta-feira; a fixação do trabalho noturno no período compreendido entre as 20h00 e as 7h00; a aplicação do regime de jornada contínua, a manutenção dos horários específicos nos casos de trabalhador estudante, assistência à família, portador de deficiência ou de doença crónica.

Fica salvaguardado também que todas as alterações de horários, só serão válidas após a negociação prévia com a Direção do STML. Igualmente garantido, está a atribuição de um, dois e três dias de férias, consoante a avaliação

de desempenho.

Em relação aos apoios sociais prestados pela CML, frisamos a manutenção dos refeitórios existentes, além da sua criação nos locais de trabalho em que o número de trabalhadores o justifique ou ainda, a disponibilização de espaços adequados à preparação de refeições em locais com inferior número de trabalhadores.

Este acordo consagra o direito à prestação do trabalho em condições de Saúde e Segurança no Trabalho, asseguradas pelo Município, assim como a eleição dos Representantes dos Trabalhadores para este fim, com a atribuição de horas para o desempenho da função. É pertinente enfatizar que este número de horas é superior ao previsto na lei geral.

No campo da Medicina do Trabalho, o ACEEP agora celebrado, garante a periodicidade dos exames médicos a todos os trabalhadores, sendo os períodos reduzidos para as profissões de maior risco, nomeadamente os trabalhadores/bombeiros do RSB.

No âmbito específico do Regimento Sapadores Bombeiros, convém destacar a possibilidade agora alcançada de as trocas de serviço poderem ser feitas entre trabalhadores, sem a interferência das chefias como se verificava anteriormente.

É importante referir, face a outros acordos realizados entre a CML e outras pretensas estruturas sindicais, que o ACEEP proposto pelo STML e aceite pela autarquia, afasta por completo a aplicação da adaptabilidade dos horários e os bancos de horas.

Embora o ACEEP agora celebrado com a CML, garanta também aos trabalhadores associados do STML que transitarão para as juntas de freguesia todos os direitos nele previstos como a manutenção das 35 horas semanais entre outros, o STML já encetou os contactos formais com os vários presidentes de Junta visando a **assinatura de um ACEEP próprio**, tendo uma larga maioria demonstrado disponibilidade em o fazer. Será assim possível aos atuais trabalhadores das juntas de freguesia, que se associem no STML, beneficiarem dos direitos previstos no acordo. ■



## O STML nas Juntas de Freguesia!

O STML, Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, existe desde 6 de abril de 1977 e desde a sua criação sempre pautou a sua intervenção na defesa dos interesses e direitos dos trabalhadores do município como sindicato de classe, baseando a sua intervenção em torno de valores como a fraternidade, a solidariedade, a igualdade e a justiça social.

Tendo inicialmente sido criado pelos trabalhadores da CML, teve de se adaptar ao longo dos tempos às novas realidades e mudanças com que se foi deparando. Foi assim quando foram criadas empresas municipais, em que este sindicato passou a intervir, acompanhando sempre de perto os trabalhadores que passaram do quadro da autarquia para essas empresas e passando também a representar os trabalhadores contratados pelas mesmas, alargando assim o seu âmbito de intervenção.

Hoje, perante o quadro de transferência de trabalhadores do município para as juntas de freguesia, a postura deste sindicato será a mesma e a direcção do STML já está a organizar-se para a implementação de organização sindical nas juntas, procurando uma intervenção sindical presente, constante e consequente.

Perante esta nova realidade, o STML pretende acautelar desde já, a salvaguarda de todos os direitos dos trabalhadores a transferir para as juntas de freguesia. Deste modo, já iniciámos uma ronda de reuniões com os executivos das juntas para expor junto dos mesmos, algumas preocupações além de diligenciar a assunção de compromissos em torno da efetivação

desses mesmos direitos, extensíveis aos trabalhadores já existentes nas juntas de freguesia.

Assim, nestas reuniões, o STML tem proposto a todas as juntas a assinatura de ACEEP (Contrato Coletivo de Entidade Empregadora Pública) semelhante ao assinado com a CML a 6 de fevereiro. É nosso propósito garantir, por exemplo, a não aplicação do aumento do horário para as 40 horas semanais e a aplicação das 35 horas a todos os trabalhadores das juntas de freguesia.

Mas como a intervenção sindical não depende apenas da Direcção do Sindicato, para termos uma interligação próxima com aqueles que representamos, temos desde já começar a estabelecer organização sindical de base nas juntas de freguesia, tendo como prioridade a presença constante nos locais de trabalho, agora da responsabilidade das juntas. Torna-se deste modo essencial, eleger o quanto antes delegados sindicais e, assim que possível, despoletar eleições para os representantes para a higiene e segurança.

Conscientes que o futuro será de muito trabalho e que se deparam muitos e novos desafios à intervenção sindical tanto na CML, como nas empresas municipais e agora nas juntas de freguesia, estamos certos que com empenho e unidade dos trabalhadores do município – em sentido lato –, em torno do nosso sindicato, venceremos as dificuldades que iremos enfrentar.

**A luta continua, agora também nas juntas de freguesia de Lisboa. ■**

# Limpeza urbana – depois do seu desmantelamento, qual o futuro da remoção?



Uma das conclusões que se pôde retirar, da greve dos trabalhadores da CML, no final de 2013, início de 2014, foi a importância que o serviço público da Limpeza Urbana tem para a cidade, no seu conjunto e da remoção dos resíduos sólidos, em particular.

Se dúvidas existissem, ficou bem patente o impacto que este importante serviço tem no dia-a-dia da cidade e por consequência na vida de todos nós, tendo ficado claramente demonstrado a sua natureza essencial, logo a necessidade de o manter na esfera pública.

A eficiência desta atividade e os objetivos que persegue, i.e., a satisfação do bem comum, não se conjuga com a lógica de negócio, materializado, como todos sabemos, na procura exclusiva pelo lucro imediato. Neste contexto egoísta, caso se concretizasse, poderia estar de facto em causa a saúde pública.

A mercantilização da atividade implícita à limpeza urbana, nas suas várias valências, criaria disparidades entre as várias áreas da cidade, definidas arbitrariamente consoante a sua centralidade. Divergências que até se evidenciariam na recolha dos diferentes tipos de resíduos, estabelecendo prioridades por exemplo, em função do seu valor comercial. Por outro lado, não temos qualquer dúvida que caberia aos lisboetas o ónus de uma parte substancial da fatura.

Uma das chaves do sucesso do serviço de Limpeza Urbana da CML, serviços qualificados e reconhecidos por entidades externas, era a gestão integrada, realizada tanto ao nível dos meios materiais, mas principalmente dos meios humanos.

No caso dos equipamentos, máquinas e ferramentas, valoriza-se a sua utilização em comum, concentrando os diversos meios de acordo com a planificação efetuada e/ou em função de exigências extraordinárias. Por outro lado, a aquisição destes meios, assim como de fardamentos ou de Equipamentos de Proteção Individual, de forma centralizada, resulta em ganhos evidentes, atingindo a tão propalada economia de escala.

No caso dos meios humanos, a sua circulação entre as diversas atividades conotadas com a limpeza urbana (lavagem, varredura, remoção, deservagem, etc.) era prática corrente. Dentro das várias valências que compõem este serviço, a prioridade foi sempre para a remoção, pela sua óbvia importância. Todavia, verificavam-se igualmente outras estratégias que implicavam a concentração de meios de toda a cidade para grandes operações de limpeza, ou para situações extraordinárias como no caso de catástrofes naturais, ou ainda no âmbito de grandes eventos como as marchas populares.

A gestão dos recursos humanos da limpeza urbana fazia-se sempre de forma integrada, possibilitando uma resposta adequada em todas

situações, como nos meses de férias, ou em situações de doença, acidente ou baixa de trabalhadores.

Tudo o que temos vindo a relatar, é agora colocado em causa com a transferência da varredura e lavagem para as Juntas de Freguesia, ficando apenas na CML, a remoção dos resíduos sólidos. Como várias vezes alertámos, o desmantelamento da limpeza urbana pode inviabilizar a produção de ambas as valências, por razões diferentes. Por um lado, no plano da varredura e lavagem, considerando uma incapacidade potencial das juntas de freguesia, por outro, no contexto da remoção dos resíduos sólidos, por falta de meios humanos.

Mais de uma vez interrogámos o presidente da autarquia, António Costa, sobre a forma como vai efetuar a recolha dos resíduos sólidos. Com a saída de mais de 800 trabalhadores ligados à limpeza urbana, em que cerca de 680 são cantoneiros de limpeza, os que ficam na Câmara Municipal revelam-se manifestamente insuficientes face ao tipo de trabalho a desenvolver.

É importante frisar que dos cerca de 500 trabalhadores que se mantêm na autarquia, existe um número significativo que não poderá efetuar o exigente trabalho conotado com a remoção de resíduos, seja pelo motivo da idade, seja por limitações físicas, resultado de acidentes em serviço e/ou doenças profissionais.

A resposta a esta pertinente dúvida, certamente já o presidente a terá, mas não a concretiza nem muito esclarece. Prefere assim, especular sobre duas possíveis realidades: a primeira passa por uma reorganização do serviço, complementando com a eventual hipótese da abertura de concurso público (!?) para a admissão de cantoneiros de limpeza (depois de enviar perto de oitocentos para as juntas de freguesia, agora vai contratar?); a segunda, aponta para a criação de serviços municipalizados ou intermunicipais, onde para além da remoção dos resíduos sólidos, seriam incluídas as oficinas de reparação e manutenção mecânica!

Perante tudo isto, parece-nos evidente que o esvaziamento da Câmara Municipal, é o resultado exclusivo de uma vontade política arbitrária e sem qualquer fundamento técnico que a sustente. Para o executivo de maioria PS/António Costa, os setores operacionais da autarquia são para descartar de qualquer forma e, neste objetivo último, podemos afirmar que ainda não terminaram a sua labuta. Contudo, já deram importantes e trágicos passos nesse sentido.

Cabe-nos a todos, trabalhadores, sindicato e envolvendo a população sempre que possível, estar atentos e disponíveis para a defesa intransigente do serviço público municipal e dos postos de trabalho com direitos. Com o PS no (des)governo da cidade, perspectiva-se um cenário idêntico ao que se vive no país, resultado do (des)governo do PSD/CDS. ■



# DRMM – Que futuro?

O Departamento de Reparação e Manutenção Mecânica (DRMM) tem como atribuições genéricas a gestão e manutenção de uma frota municipal associada a múltiplos serviços prestados à população: limpeza, saneamento, iluminação pública, espaços verdes, ação social e cultural, etc. A dimensão deste parque automóvel e a sua logística, bem como os valores financeiros e patrimoniais envolvidos, despertam, há largas décadas, a cobiça do “mercado” que vê aqui interessantes oportunidades de negócio.

Várias tentativas foram ensaiadas ao longo dos anos, no sentido de “concessionar”, “empresarializar”, “externalizar” esta atividade desde sempre municipal, com os seus serviços e trabalhadores especializados, com larga e rica experiência na operação e manutenção desta frota complexa. Recordemo-nos de sucessivas reestruturações em que essa intenção era avançada. Em 2010-2011 chegaram a propor a extinção do DRMM como unidade orgânica nuclear. Não esquecer também o projeto aprovado para a zona do Parque das Nações (2009) que fazia tábua rasa do espaço onde está implantado o Departamento. Num caso como noutro, a luta dos trabalhadores e do seu Sindicato foi determinante no recuo verificado.

As táticas e os argumentos utilizados em sucessivas abordagens, mudam conforme a época e o equilíbrio de forças, mas o objetivo real mantém-se: colocar na mão de privados, aquilo que é público e pode “dar dinheiro”.

Aos sinais que nos vêm do passado, juntam-se agora as ameaças do presente. Quais são?

Neste artigo, iremos abordar o enquadramento geral e estratégico, deixando para próximos números de “O Trabalhador” a análise a aspetos da gestão do departamento que influenciam (negativamente) o seu presente e futuro, sempre na perspetiva da defesa do interesse dos trabalhadores.

## Opções estratégicas

A política da “Câmara mínima” que impera em Lisboa, vai fazendo o seu caminho coerente com ideologia neoliberal dominan-



te, do “Estado mínimo”. A Câmara deve ser reduzida a funções de regulação e controlo, pensam eles. Quanto ao resto, se der lucro privatiza-se, se não der lucro, contratualiza-se com rendas garantidas, pagas pelos munícipes. Mais “gradualista” ou mais “à bruta” conforme a relação de forças, esta estratégia está em marcha.

- Numa primeira fase, com alterações legislativas no plano do Poder Local (“descentralização”) e no plano Laboral (“flexibilização”), empurram-se funções, instalações, equipamentos e trabalhadores para as Juntas de Freguesia. Dizem “descentralizar” mas pensam: “dividir para reinar”.

- Em seguida, prepara-se o caminho para a entrega dos sistemas integrados (Resíduos Sólidos, Transportes Municipais, etc.), que não convier desarticular, a “empresas municipais” ou afins.

- Mais adiante, a má gestão (deliberada) irá justificar a inevitabilidade da sua entrega ao “mercado”.

Não sabemos ainda quais os efeitos no DRMM, do desmembramento dos serviços empurrados para as Freguesias. Nada se diz de concreto, por exemplo, sobre a gestão de veículos e equipamentos associados às funções que migram para as Juntas de Freguesia. As chefias e dirigentes próximos, peões de um jogo de que desconhecem as regras e a estratégia, nada acrescentam. O que alimenta a incerteza com que vivem os trabalhadores.

Mas os trabalhadores não podem permitir que a incerteza se transforme em angústia paralisante. Há que prosseguir e intensificar a luta pela defesa do departamento e dos seus postos de trabalho. Reforçando a unidade entre todos os setores e diferentes áreas profissionais. Sabendo ultrapassar divergências em questões secundárias e focando-se no essencial.

Em unidade e em articulação estreita com o seu Sindicato, vencerão o desafio que têm pela frente! ■



# O que se passa com os trabalhadores do armazém do Departamento de Desporto?

Como temos vindo a denunciar ao longo dos últimos meses, continua sem fim à vista o calvário dos trabalhadores que hoje estão afetos ao armazém do Departamento de Desporto. Continuamos sem compreender como se mantém a inércia da CML no que diz respeito à transferência destes serviços e dos respetivos trabalhadores para instalações condignas e funcionais.

É pertinente lembrar que estes trabalhadores estão deterrados numa cave de uma piscina, a do Bairro da Boavista, há mais de 36 meses! Sujeitos a condições de trabalho inóspitas e insalubres, com riscos mais do que evidentes para a sua saúde e integridade física.

Se já não bastasse as condições de trabalho miseráveis de uma cave que foi criada unicamente para armazenar material e nunca albergar seres humanos de forma permanente, observámos nos últimos dois meses à conjugação de outros problemas, como a quebra de comunicações e internet, que isolou trabalhadores e prejudicou o normal funcionamento dos respetivos serviços, à ausência da viatura indispensável ao trabalho que é necessário desenvolver por falta de verbas na sua reparação, no caso concreto de pouco mais de duas dezenas de euros?!

Falta-nos questionar que mal terão feito estes trabalhadores para suportar estas sucessivas ignomínias?

Sobre a questão central - a transferência de instalações -, já ultrapassamos a razoabilidade necessária no que concerne à procura de uma solução exequível por parte da CML. Neste sentido, resta-nos retirar um conjunto de ilações sobre quem tem a responsabilidade de facto em dar resposta a este tipo de problemas.

## Se considerarmos que:

1. A CML não pode alegar desconhecimento sobre esta matéria, alertada inúmeras vezes pelo STML ao longo de 2012 e 2013. Na reunião com o Vereador do Pelouro do Desporto, a 10 de janeiro do corrente ano, este problema foi mais uma vez sinalizado;



2. O teor de um relatório do Departamento de Saúde, Higiene e Segurança que aconselha a saída imediata destes trabalhadores da referida cave, datado de julho de 2013.

Pelo exposto, podemos com alguma facilidade concluir que a resolução deste problema não é uma prioridade para o executivo municipal, demonstrando mais uma vez um evidente desrespeito por quem trabalha no município de Lisboa.

Pelas informações que vamos recolhendo, percebe-se que a Câmara Municipal, através dos serviços responsáveis, tem tratado este assunto com uma ligeireza inaceitável, saltando de uma hipotética solução para outra ainda mais incerta, sem se perceber que critérios orientam a procura do necessário espaço. Uma procura que até agora tem sido irresponsável e inconsequente.

Um outro elemento merece-nos preocupação acrescida. Face ao processo de transferência de competências para as juntas de freguesia, existe um conjunto de piscinas municipais que passam a ser responsabilidade destes organismos. A Piscina Municipal do Bairro da Boavista é um destes equipamentos. Esta situação obriga à saída do armazém do Departamento de Desporto desta instalação municipal (para a qual nunca devia ter ido), para um novo espaço.

Já que a CML não assumiu até agora a defesa dos seus trabalhadores pelas razões mais justas, isto é, criando e respeitando atempadamente as suas condições de trabalho, esperamos que a urgência a que agora está sujeita, não a induza em soluções precipitadas e erradas, como aconteceu num passado recente.

Esperamos que desta vez, não só os interesses dos serviços sirvam de bitola à decisão política, mas principalmente os interesses dos trabalhadores. Como sabemos, os serviços não funcionam com máquinas. São os homens e mulheres que os compõem que lhe dão eficácia, eficiência e qualidade.

Desrespeitar os trabalhadores é criar condições para prestar um mau serviço à cidade e à população de Lisboa e não foi seguramente com estas promessas que o partido de António Costa ganhou as eleições em setembro passado. ■

# A aposta de António Costa no novo comandante do RSB: alternativa ou alternância?

**A**pós cinco anos no “limbo”, foi com expectativa que os profissionais do Regimento aguardaram a nomeação do novo comandante. Por despacho do presidente António Costa a 21 de novembro, foi nomeado em comissão de serviço, o Tenente Coronel Pedro Patrício, oriundo da Guarda Nacional Republicana para assumir o comando.

Em dezembro, o Departamento de Bombeiros do STML esteve reunido pela primeira vez com o Sr. Comandante com o objetivo de o elucidar sobre a realidade vivida no Regimento. Dispusemo-nos a contribuir para resolver todas as situações em que achasse que poderíamos ser úteis. Por falta de tempo do Sr. Comandante não houve a possibilidade de aprofundar as questões por nós suscitadas. Ficou a promessa de novas reuniões, sempre que uma ou outra parte, vissem essa necessidade.

Passados três meses no comando do Regimento, este sindicato achou necessário uma nova reunião, com o objetivo de obtermos informações sobre a evolução das questões suscitadas no primeiro encontro formal. Esta reunião materializou-se a 17 de fevereiro último. Desta reunião ficou-nos a sensação de existir por parte do Sr. Comandante uma estratégia para resolver as questões mais pertinentes com que se depara o RSB.

Como diz o ditado popular “ casa onde não há pão, todos ralham e ninguém tem razão”, assim está o país, assim estão algumas instituições com responsabilidade a nível nacional e assim estão a maioria das autarquias, onde a Câmara Municipal de Lisboa se enquadra.

Assim sendo, têm que se procurar estratégias que possam dar resposta às necessidades de cada serviço. De algum tempo a esta parte vimos afirmando que o executivo camarário liderado por António Costa deve estabelecer prioridades relativas ao socorro na cidade. Neste sentido, foi com agrado que constatamos existir uma sintonia de posições entre o Sr. Comandante e este sindicato, relativamente à forma como se devem resolver os problemas atuais do Regimento.



A forma é exatamente a de estabelecer prioridades, uma vez que o dinheiro não é elástico e como tal não chega a todo o lado ao mesmo tempo. Concordamos que é prioritário a aquisição dos 350 equipamentos de proteção individual (EPI), cuja entrega se aguarda no fim de Março, sendo a segunda prioridade a compra de fardamento, visto não existir nenhum de reserva para acudir às necessidades dos profissionais que prestam socorro. Relativamente a estes dois itens, EPI e Fardamento, também aqui deverão ser estabelecidas prioridades para a sua entrega aos bombeiros.

Mas existem outras situações que são igualmente prioritárias como é o caso da abertura dos procedimentos concursais para as promoções, matéria que também assinalamos alguma concordância de posições entre o Sr. Comandante e o Departamento de Bombeiros do STML, havendo neste momento movimentações de forma a abreviar a resolução desta questão tão pertinente.

Para além das prioridades já citadas, existem questões do dia-a-dia, que urge resolver, como é o caso da formação/instrução. A formação deve ter como objetivo principal a otimização da operacionalidade do pessoal que presta socorro, sendo ministrada na e pela ERSBL, contrariamente ao que vem sendo feito ao abrigo de um suposto protocolo/parceria entre o RSB e duas instituições, que visam unicamente a obtenção de contrapartidas financeiras.

Nesta fase e sabendo o quanto está por fazer, parece-nos que o Tenente Coronel Pedro Patrício poderá ser a *alternativa*, tendo em linha de conta que tem uma estratégia, coisa que não existia. Do ponto de vista de quem quer ver o Regimento a avançar, é muito positivo, desde que o poder político não seja “a pedra na engrenagem”, como tem sido nos últimos anos.

Uma outra realidade que poderá inverter este nosso otimismo diz respeito ao orçamento do Regimento, diminuído em cerca de 50% quando comparado com o orçamento de 2013. Sem dinheiro nada se faz e muitos dos problemas que se verificam atualmente, podem ficar sem resolução porque mais uma vez o poder político decidiu a ‘bem das finanças’ em detrimento da melhoria das condições de trabalho dos homens e mulheres que dão corpo ao RSB. Em última análise, podemos também afirmar que a segurança e a eficácia do socorro à população e à cidade, foram secundarizados por uma mera e errada opção política. ■

# Qual o futuro do setor operacional da CML?

**A** reorganização de serviços municipais que será expectável suceder nos próximos meses, depois de um atribulado processo de transferência de competências para as juntas de freguesia que provocou o esvaziamento da Câmara Municipal de meios humanos e materiais, poderá indiciar de forma mais clara as opções políticas da atual maioria socialista liderada por António Costa, contrariando inclusive o discurso oficial muitas vezes propagandeado.

Opções que não são difíceis de prever face à política assumida nos últimos mandatos. Ao longo dos últimos anos fomos paulatinamente empurrados para a argumentação da ineficácia dos serviços operacionais do município, tentando justificar, direta ou indiretamente, a necessidade de reformular toda a conceção em torno dos serviços públicos municipais, na ótica do 'como e por quem' devem ser realizados. Conceção sempre enquadrada pela obsessão muito em voga nos dias de hoje, que passa pela diminuição da despesa pública sem olhar a meios nesse sentido, valorizando simultaneamente os elevados atributos do sector privado...

O PS, mas também o PSD nos mandatos que precederam a entrada em cena de António Costa e companhia, optou deliberadamente por uma política de desinvestimento nos principais serviços operacionais, desde a limpeza urbana, às oficinas de reparação e manutenção mecânica, à brigada de coletores, à brigada de calceteiros, aos cemitérios, às brigadas de iluminação pública ou junto dos serviços de instalações elétricas e mecânicas, entre muitos outros. Esta opção, pensada e refletida cuidadosamente, visa um único objetivo: criar as condições objetivas para denunciar a falta de eficácia dos vários serviços, justificando assim, a necessidade da sua execução por entidades privadas através das famigeradas concessões, externalizações ou mesmo através de parcerias público-privadas de âmbito local.

Há largos anos que conhecemos esta estratégia e há largos que a denunciámos e combatemos, caso contrário, o cenário que hoje se apresenta, já de si bastante negativo, seria seguramente muito pior.

Com a transferência para as juntas de freguesia de importantes recursos municipais, dá-se mais um passo nesta estratégia. Se por um lado, a Câmara Municipal vê-se livre da despesa que diz respeito a salários e rendimentos dos trabalhadores, ou à despesa respeitante



te a obras e manutenção de equipamentos, ou aos custos implícitos à aquisição de material de natureza diversa, indispensável à prossecução do serviço público nas suas várias valências, por outro, degrada inexoravelmente as condições dos serviços municipais remanescentes, isto porque a carência de pessoal é agora mais evidente e a perspetiva do serviço integrado deixa de ser possível, principalmente no caso concreto da limpeza urbana, com ênfase para a vertente da remoção de resíduos sólidos.

Observamos assim, e mais uma vez, à criação de condições objetivas para avançar progressivamente na teoria que defende soluções externas (leia-se privadas ou semiprivadas), para desempenhar e principalmente explorar importantes áreas de interesse público, todas elas potenciadoras de apetecidos lucros.

No plano das juntas de freguesia, constrói-se igual e paulatinamente, o panorama que conduzirá muitas juntas a optar pelos caminhos da exploração privada face às restrições financeiras a que estão sujeitas, impossibilitadas portanto de dar resposta própria às várias competências que foram agora atribuídas.

Percebemos facilmente que a ótica do privado, supostamente portador de maior qualidade, eficácia e economia, ganha protagonismo indesejável com o PS ao leme da cidade, sempre com a cumplicidade ativa do PSD, num desgoverno que a médio/longo prazo prejudicará todos aqueles que vivem, trabalham ou visitam a nossa cidade.

Pelo caminho, desmantela-se importantes serviços operacionais do município que levaram décadas a serem construídos. Uma opção que passa pelo desbaratamento do investimento realizado e do conhecimento técnico adquirido, acumulado ao longo de anos por várias gerações de trabalhadores. Valências e aptidões que devem estar exclusivamente ao serviço dos interesses da população e da cidade, e que os partidos do dito 'arco do poder', neste caso de Lisboa, querem agora passar para as mãos de particulares, alimentado a gula pelo lucro, o seu único móbil como todos já estamos fartos de saber.

Podemos, de facto, afirmar que o PS e António Costa andam, desde 2007, a potenciar a privatização! ■





# Entrega de abaixo-assinado sobre os problemas nos cemitérios de Lisboa

Uma delegação de dirigentes e delegados sindicais do STML procedeu no dia 21 de fevereiro, à entrega de um abaixo-assinado no gabinete do presidente da CML, que recolheu 87 assinaturas, promovido pelos trabalhadores dos cemitérios da cidade de Lisboa.

Os Trabalhadores dos Cemitérios entenderam desta forma alertar o presidente da Câmara Municipal de Lisboa para problemas já anteriormente identificados como prementes e de urgente resolução por parte da autarquia, pois existe uma situação de rutura iminente na capacidade de execução do serviço de inumações e outros serviços que são marca do importante serviço público que prestam aos utentes e visitantes destes espaços importantes para a cidade e para o conforto daqueles que os frequentam.

## No abaixo-assinado os trabalhadores reivindicam:

### ● O reforço dos meios humanos para a categoria de coveiro.

Atendendo ao facto de desde 2006 não existir admissão de trabalhadores para esta categoria, de muitos destes trabalhadores já não estarem afetos a esta tarefa e ao elevado número de trabalhadores que entretanto se aposentaram, é evidente a insuficiência de coveiros atualmente existente. Este problema tem levado a que muitos funerais se tenham realizado sem o número adequado (4) de trabalhadores e, como tal, sem condições de segurança, e muito menos com a garantia que assegure a dignidade mínima exigida ao ato fúnebre.

É também notório que muitos dos trabalhadores que ainda prestam este serviço, aproximam-se da idade de aposentação e, muitos deles, sentem já hoje, as consequências físicas e psicológicas do trabalho penoso, que executaram a maior parte da sua vida. Por isso, importa precaver atempadamente a rutura total deste serviço no que respeita a recursos humanos e ao seu urgente reforço.

### ● A renovação dos meios mecânicos existentes nos cemitérios.

A introdução de meios mecânicos efetuada nos cemitérios de Lisboa há cerca de três décadas, permitiu atenuar o esforço e consequente des-



gaste a que os coveiros estão sujeitos no cumprimento das suas funções. Mas a verdade é que estes equipamentos, apesar de serem máquinas, não duram para sempre.

Atualmente, assiste-se a uma degradação lastimável do parque de máquinas, escavadoras e carregadoras, que sendo importantíssimas para a realização de vários trabalhos nos cemitérios, estão na maior parte do tempo avariadas e, muitas delas, irreversivelmente inoperacionais, para além de muitas representarem perigo de vida para quem com elas opera e tem de trabalhar junto das mesmas, tendo mesmo já ocorrido alguns acidentes de trabalho.

Muita desta degradação deve-se também à deficiente manutenção das mesmas, que inclusive, já esteve a cargo de empresas privadas, opção que provou não ser a melhor. A somar a todos estes problemas, existem falta de meios humanos na Divisão de Gestão Cemiterial, específicos para a manutenção destes equipamentos.

Deste modo, é urgente adquirir maquinaria nova para os cemitérios, com o objetivo essencial de substituir toda aquela que se demonstre ineficaz e insegura, além de assegurar a sua respetiva manutenção. ■



# Transferência de trabalhadores e equi

## Um processo de transferência apressada, admitiu também uma publicação no Bolet

**A**pós a aprovação na Assembleia Municipal de Lisboa, no dia 21 de janeiro, das propostas que definem a transferência de competências para as Juntas de Freguesia e dos recursos humanos necessários à sua execução, previstas na Lei nº 56/2012, mais uma vez com os votos favoráveis de PS e PSD, foi publicada no Boletim Municipal, de 31 de janeiro, a lista provisória dos trabalhadores a serem transferidos. Estes são os que estavam nos equipamentos desportivos, mercados, jardins-de-infância dos agrupamentos escolares da rede pública, das bibliotecas consideradas como não estruturantes e postos da limpeza urbana. Uma publicação mandada reproduzir numa noite de sexta-feira a horas impróprias, sintomático da forma como todo este processo foi conduzido.

**Que dizer sobre os pretensos critérios que justificaram a escolha individual dos trabalhadores a transferir para as juntas? Critérios de quem os criou que, no essencial, se vergou perante a vontade exclusivamente política de quem manda.**

O executivo da CML, apercebendo-se do revés que iria sofrer, optou por “queimar” a etapa do voluntariado para os trabalhadores dos equipamentos a ser transferidos, assim como para os trabalhadores da limpeza urbana. Se para os trabalhadores dos equipamentos desportivos, mercados, jardins-de-infância e das bibliotecas, o primeiro critério e único, residia no simples facto de estarem afetos a esses mesmos equipamentos, fazendo parte do ‘pacote’ que passaria para as juntas de freguesia. O executivo coloca no mesmo plano, piscinas, edifícios, bens materiais portanto, com seres humanos, tratando-os como meras de peças de decoração e mudando-os de sítio conforme o sabor do vento.

Já os critérios estabelecidos para os trabalhadores afetos à

Limpeza Urbana, não são claros nem muito menos objetivos, gerando dúvidas e uma legítima indignação entre todos os envolvidos.

Os critérios escolhidos pelo executivo, resultam numa súpula de condições não perceptíveis na sua conjugação, senão vejamos: no caso dos equipamentos a transferir, um critério é acompanhar o equipamento a que se está adstrito, juntando-se, como segundo critério, a maior percentagem de tempo prestado numa atividade, isto é, remoção, varredura, lavagem e outros.

Como critérios de exclusão, foram definidos os seguintes: quem já requereu a aposentação; quem tem mais de 38 anos de serviço; quem está de baixa médica devido a acidente de serviço há mais de um ano e quem é representante dos trabalhadores para a Saúde e Segurança no Trabalho.

Nota-se uma preocupação por parte da CML, em garantir que o grupo de trabalhadores da limpeza urbana a transferir para as juntas seja capaz de dar a resposta esperada em termos de eficiência e eficácia, reunindo para tal as melhores condições físicas a esse propósito. Por outro lado, e em detrimento dos trabalhadores que permanecem na Câmara Municipal para desempenhar o serviço conotado com a remoção de resíduos sólidos, observa-se uma incompreensível despreocupação da parte do executivo municipal. A única ilação que neste momento se pode retirar com alguma certeza é a que diz respeito à intenção em garantir que a varredura e lavagem, agora sob a alçada das juntas de freguesia, decorram da melhor maneira, revelando com alguma evidência que também o presidente António Costa, à semelhança do STML, tem dúvidas sobre a exequibilidade de todo este processo.

**A confusão instalou-se durante o mês de fevereiro...**



Após a publicação da lista de trabalhadores a transferir para as juntas de freguesia, estes tiveram 10 dias úteis para se pronunciarem em audiência prévia, prazo esse que terminou a 14 de fevereiro. O STML, com o seu gabinete jurídico, disponibilizou apoio nas contestações que centenas de trabalhadores quiseram apresentar. O Sindicato expôs também uma *pronúncia* própria, contestando todo o processo, a seleção e a aplicação dos critérios que lhe estiveram subjacentes.

Como facilmente observámos, não faltou razão à contestação dos trabalhadores. Como antevíamos, o processo tornou-se caótico e no caso concreto dos cantoneiros de limpeza,

# pamentos para as Juntas de Freguesia

## injustificada e pessimamente estruturada, im Municipal em tons quase clandestinos...

verificaram-se contradições generalizadas perante os critérios definidos. Destacamos algumas, nomeadamente:

1. Trabalhadores com mais de 38 anos estavam na lista para irem para as juntas de freguesia;
2. Outros, há mais de um ano de acidente de serviço, também constavam das famigeradas listas;
3. O critério que define que, com o equipamento transitam os trabalhadores que lhe estão submetidos, desde que este não fosse considerado estruturante, não se verificou, existindo inúmeros casos de mudanças incompreensíveis;
4. Pior ainda, foi a atribuição duvidosa e mal fundamentada das percentagens consoante a actividade, havendo trabalhadores que por desempenharem todas as valências, ficaram com menos percentagem de remoção;
5. A contabilização do trabalho extraordinário também criou desequilíbrios. A revolta de muitos trabalhadores fundamentou-se na percentagem elevada na remoção atribuída a outros, aos quais não reconhecem como tendo efetuado de facto esta atividade.

No caso dos encarregados operacionais a arbitrariedade e subjectividade, ainda foram mais acentuadas. Qual foi o critério para a sua colocação nos diferentes postos de limpeza? Como diferenciar a atividade de um encarregado operacional, entre a remoção e a varredura e lavagem, se ele distribui ambas as tarefas de forma equitativa? São perguntas às quais queremos respostas nas *pronúncias* apresentadas por estes trabalhadores.

A Câmara Municipal disponibilizou um *balcão de atendimento*, no edifício do Campo Grande, procurando prestar as informações necessárias, além de aceitar as *pronúncias* em audiência prévia.

A informação fornecida pelos serviços municipais que ficaram com a incumbência de responder aos trabalhadores, passou pela entrega de uma listagem a cada reclamante. Listagem composta por cerca de 180 páginas (!) e onde constavam as percentagens das atividades realizadas por mais ou menos, 900 trabalhadores (!).

Face ao ridículo desta situação, sintomático do desnorte da CML em todo este processo e após a intervenção do STML, ficou disponível num terminal no mesmo atendimento a base-de-dados do DHU/DMAU, com as ocorrências dos últimos dois anos que, em alguma medida supostamente fundamente as já referidas listagens. Obviamente e sem surpresas, a listagem conhecida em papel, correspondia à base-de-dados. Quando as regras do jogo estão viciadas, o resultado final só pode ser um...

### O 2º momento: o programa da CML “oportunidades de escolher” ...

Como tinha inicialmente sido anunciado para todos os trabalhadores, inclusive os acima referidos, promessa facilmente esquecida e não concretizada pelo executivo liderado por António Costa, entramos num segundo momento do processo de transferência em que os trabalhadores poderiam



demonstrar a sua preferência e/ou vontade em irem para as juntas de freguesia. A figura do voluntariado, em detrimento de uma mera decisão política com sabor coercivo, predominaria nesta fase.

Deste modo, esteve aberto até ao fim de Fevereiro o voluntariado para os trabalhadores das actividades transversais, assistentes técnicos e técnicos superiores. No caso de não se atingir o número necessário de trabalhadores às várias funções que são necessárias desempenhar nas juntas (e temos a certeza que tal não irá acontecer), a Câmara Municipal selecionará, ainda sem sabermos com que critérios, os trabalhadores considerados indispensáveis.

Das reuniões já realizadas com vários presidentes de Junta, o STML sabe que neste momento decorrem entre a CML e as juntas de freguesia, negociações no sentido de apurar quantos trabalhadores (e de que áreas), são necessários transferir.

Não temos dúvidas que este processo continuará a gerar problemas atrás de problemas, aliás admitidos por todos aqueles que, direta ou indiretamente nele estão envolvidos.

Cabe ao Sindicato garantir que os direitos, os interesses e as aspirações dos trabalhadores em causa sejam salvaguardadas a todo o custo e é perseguindo esse objetivo que continuaremos a trabalhar. **Unidos, informados e mobilizados fomos, somos e seremos mais fortes!** ■



# Milhares saíram à rua em 1 de fevereiro dia nacional de luta contra a exploração e o empobrecimento exigindo o fim ao terrorismo social da política de direita!

**A** CGTP-IN realizou, em todas as capitais de distrito do país, ações de protesto contra o aprofundamento da política antipatriótica, de alienação da independência e soberania nacional, levada a cabo pelo Governo de Passos Coelho e Paulo Portas com o apoio indispensável de Cavaco Silva. Estes são os principais responsáveis pelo agravar dos problemas sociais, de que são exemplos uma impressionante destruição do emprego e o aumento do desemprego e da precariedade; a redução dos salários e o empobrecimento das famílias; a diminuição da proteção social dos trabalhadores, dos reformados e pensionistas e dos desempregados; uma distribuição ainda mais desequilibrada do rendimento nacional; o aumento das desigualdades, da exclusão social, da pobreza e da miséria.

No distrito de Lisboa a ação decorreu com milhares de trabalhadores que se manifestaram entre o Cais do Sodré e os Restauradores.

A poucos meses de se comemorarem os 40 anos da Revolução de Abril, marco histórico da luta emancipadora dos trabalhadores e do povo português contra a ditadura fascista, o país confronta-se com uma das maiores ofensivas desencadeadas pelo capital económico e financeiro, depois de instaurado o regime democrático em Portugal.



Na **Resolução** aprovada nesta jornada de luta, a CGTP-IN acusa o Governo do PSD/CDS-PP de ter as mãos sujas pelo enorme sofrimento que infligiu, e continua a infligir, aos trabalhadores e à generalidade dos portugueses, com particular gravidade sobre os idosos, a quem o Governo está a condenar a um triste, humilhante e miserável horizonte de desesperança; sobre os desempregados, incentivados a resignarem de um futuro digno para as suas vidas ou, no caso dos jovens desempregados, à emigração compulsiva, ou seja, à expulsão do seu próprio país; sobre milhares de portugueses e portuguesas que foram excluídos socialmente e atirados para a pobreza e a miséria.

No momento em que o capital e o Governo que está ao seu serviço já assumem explicitamente intenção de passarem ao assalto declarado sobre a Constituição e os direitos fundamentais que nela estão inscritos, as comemorações dos 40 anos do 25 de Abril e do 1.º de Maio em Liberdade assumem-se, neste contexto, como acontecimentos de extraordinária e determinante importância para reafirmar o projeto de sociedade de progresso e de paz, soberana e solidária que queremos construir para Portugal, inspirada nos valores e conquistas de Abril e assente na valorização do trabalho e no direito inalienável de ser o povo a decidir do seu próprio destino.

O momento que vivemos exige a união de esforços e vontades para defender os nossos interesses de classe nesta luta, que não para, pela defesa dos nossos direitos, da nossa dignidade e a construção de um Portugal de progresso e justiça social.

**A LUTA CONTINUA! ■**



# Tribuna Pública do STML de 27 de fevereiro

O STML realizou, no passado dia 27 de fevereiro, uma iniciativa nos Paços do Concelho denominada de Tribuna Pública, enquadrada por uma exposição que procurou retratar a luta dos trabalhadores da CML desde 1978 até à atualidade.

Com a possibilidade criada para o envolvimento de todos os trabalhadores do município, mas também da população de Lisboa, temos que admitir que o 'São Pedro' não contribuiu para o normal desenvolvimento de um debate que se esperava mais participado e por sua vez mais produtivo.

Contudo, dentro do que foi possível, as cerca de cem pessoas que estiveram à chuva neste dia, maioritariamente trabalhadores da Câmara Municipal, contribuíram com as suas ideias e opiniões para que esta Tribuna Pública fosse um momento de reflexão e discussão sobre os graves problemas que estamos e vamos enfrentar no futuro imediato, resultado da transferência de meios humanos e materiais para as juntas de freguesia.

Um processo que nos levanta sérias dúvidas sobre de que forma os serviços municipais funcionarão no futuro, considerando a falta de pessoal e a falta de investimento, hoje roçando contornos claramente escandalosos. O caso da remoção de resíduos sólidos é paradigmático. Após a saída de cerca mil trabalhadores da área da limpeza urbana para as juntas de freguesia, como poderão os 300 trabalhadores (aproximadamente) que ficaram na CML e atualmente disponíveis para a remoção, cumprir com as suas tarefas?

Mas as dúvidas que foram colocadas no dia da Tribuna Pública não se limitaram à limpeza urbana, envolvendo também áreas como a fiscalização, a gestão de equipamentos desportivos e culturais, entre outros.

O STML informou os presentes na Tribuna, que tem estado a reunir com presidentes de várias juntas de freguesia. Muitas das dúvidas que sindicato e trabalhadores legitimamente apresentam, continuam a não a ter a resposta devida, porque da parte das Juntas, o desconhecimento é também ele profundo, compreensível pelo seu não envolvimento num processo da exclusiva responsabilidade do atual executivo de maioria PS, sem esquecer o envolvimento ativo



e determinante do PSD. Uma crítica que aliás, o Sindicato tem constantemente levantado.

Também as juntas de freguesia foram compulsivamente empurradas para uma realidade com a qual agora terão que lidar. Com essa realidade, acresce obviamente os inúmeros e complexos problemas associados.

Uma certeza, afirmada de forma indiscutível e indesmentível nesta Tribuna, aponta no sentido que compromete o STML com a luta pelos direitos e interesses dos trabalhadores, seja no plano interno da Câmara Municipal, seja agora na nova realidade que diz respeito às Juntas de Freguesia. Não deixamos nem abandonamos a coerência, a determinação e a confiança que nos tem caracterizado ao longo de quase 37 anos e estaremos ao lado, como sempre estivemos, dos trabalhadores do município de Lisboa, agora em sentido lato com a inclusão das juntas de freguesia. ■

## Extraordinárias marchas da CGTP-IN pelos direitos, contra a troika e o Governo!

A CGTP-IN realizou, no dia 27 de fevereiro, dois grandes desfiles pelas ruas de Lisboa e Porto. Milhares de trabalhadores, desempregados, jovens e reformados demonstraram nessa noite, na rua, a sua indignação contra a política de direita e sucessiva austeridade imposta pela troika e pelo Governo PSD/CDS.

Em Lisboa esta marcha teve três pontos de partida, Ministérios da Educação, da Saúde e do trabalho, confluindo para a residência oficial do Primeiro-ministro, integrando este desfile a Inter-reformados no Marquês de Pombal.

No momento em que a tróica estava no nosso país, para a 11ª avaliação, Portugal continua perante uma das maiores e mais graves ofensivas do grande capital económico e financeiro, sem precedentes depois da Revolução de Abril.



O prosseguimento e aprofundamento da política de direita, não só agravou a exploração dos trabalhadores e o empobrecimento do povo, como fez aumentar o défice e a dívida pública, demonstrando claramente que esta política, não só é errada, como também não atinge os objetivos que supostamente a justificam.

Num momento em que o país precisa urgentemente de medidas dirigidas para travar a destruição de postos de trabalho e promover a criação de emprego de qualidade, o governo faz o contrário, adotando a estratégia defendida pelo FMI, a qual assenta num modelo orientado para a desvalorização das qualificações e de baixos salários, a liberalização dos despedimentos e a precariedade dos vínculos de trabalho, a redução de direitos laborais e sociais.

A redução salarial que vem sendo efectuada, através do congelamento dos salários, dos cortes nominais na Administração Pública, da queda geral dos salários nas novas contratações e do aumento da duração do trabalho são, entre outros, exemplos que mostram como também são falsas e cínicas, as afirmações de membros do governo que, perante a realidade, são obrigados a reconhecer que o país não pode desenvolver-se numa lógica de baixos salários.

Como resultado desta política de direita, prosseguida pelos governos do grande capital económico e financeiro, Portugal é hoje uma sociedade mais dividida entre ricos e pobres, entre os que acumulam benesses e riqueza e os que são ainda mais explorados e empobrecem, mesmo a trabalhar, entre os que tudo têm e os que não têm dinheiro para aceder à educação ou à saúde, assim como são excluídos socialmente.

É uma política que está em confronto com a Constituição da República, que põe em causa o desenvolvimento e o progresso do país e que atenta contra os direitos humanos dos portugueses. Por isso, tem de ser travada e derrotada quanto antes.

**A luta continua pela demissão do Governo, como um imperativo nacional! ■**

# Em 2014 comemoramos 40 anos em liberdade, 40 depois da revolução, 40 anos do 25 de Abril de 1974 que transformou Portugal e a vida dos portugueses!



**N**a madrugada de 25 de Abril de 1974, iniciava-se um dos momentos mais bonitos, importantes e determinantes da história recente do nosso país. Com o golpe de Estado protagonizado pelas forças militares do MFA – Movimento das Forças Armadas –, seguiu-se o levantamento popular que deu origem à revolução portuguesa e que conduziu à libertação das amarras da ditadura fascista, dirigida primeiro por Oliveira Salazar e depois por Marcello Caetano.

Foram 48 anos de ditadura! Durante quase cinco décadas, milhares de portugueses foram perseguidos, presos, torturados e assassinados por mero delito de opinião. Muitos mais foram sujeitos à pobreza, à miséria e muitos outros, também na ordem dos milhares, obrigados a fugir do país procurando noutras paragens por esse mundo fora, possibilidades de vida e de futuro.

Ao contrário do que afirmam hoje pretensos historiados, políticos e jornalistas afamados da nossa praça pública, com lugar privilegiado nos capitais órgãos de comunicação social, não foram só os comunistas e o seu partido, os alvos principais dos meios de repressão fascista. É verdade que se destacaram dos demais, mas simplesmente porque foram os principais opositores à ditadura de Salazar/Caetano, nunca abdicando da luta pela liberdade e pela democracia, conquistas somente alcançadas com a revolução de 1974. Conquistas que ficaram posteriormente consagradas na Constituição da República Portuguesa e efetivadas com a sua entrada em vigor a 25 de Abril de 1976.

Deste modo, de condenados ao atraso social, económico, político e cultural, o povo português tomou nas suas mãos os destinos da sua vida. É neste período que se observa a um impulso extraordinário na generalização de direitos até aí negados à imensa maioria dos portugueses. A título de exemplo, enfatizamos o direito conquistado ao salário mínimo nacional, às férias e ao subsídio de férias, medidas que elevaram as condições de vida da classe trabalhadora, mas também aos direitos dos jovens, permitindo-lhes condições ímpares e imprescindíveis na construção das suas vidas, quer no plano profissional, pessoal e familiar, ou ainda aos direitos e liberdades concedidos à mulher que lhes permitissem conciliar a vida profissional com a vida familiar. Não esquecemos igualmente a conquista de importantes Direitos sociais, de carácter universal e gratuito, nas áreas da saúde, da educação, na proteção e segurança social, mas também à justiça, habitação, cultura ou desporto.



Comemoramos todas estas conquistas com a perfeita consciência de que estão a ser alvo do mais violento ataque desde 1974. Trilhando o mesmo caminho que sucessivos governos que se alternaram no poder, mantendo contudo a essência da sua política destruidora, o governo do PSD/CDS impõem-nos um retrocesso de várias décadas! Por esse motivo a força que este ano devemos conceder às comemorações populares do 25 de Abril devem-se revestir de LUTA! Luta contra a arrogância, a prepotência e a política antissocial do Passos e Portas, política que apenas serve os interesses dos grandes ‘senhores do capital’, à semelhança da política de Salazar e Caetano.

Reconquistar as conquistas de Abril é um imperativo nacional, na defesa do nosso país e das nossas vidas! Quem despreza os interesses do povo e dos trabalhadores portugueses, como faz este governo sem qualquer pejo ou ressentimento, não pode continuar a afirmar que está a defender os interesses nacionais. Uma e outra realidade são inconciliáveis, antagónicas e impossíveis de conjugar numa mesma frase. Um governo que mente incessantemente não pode continuar à frente dos nossos destinos! Um governo que desrespeita a lei máxima do nosso país e incorre em ilegalidades sucessivas não pode continuar em funções governativas!

Demitir este governo, convocar eleições antecipadas, retomar os caminhos de Abril, são as prioridades que assumimos! É imprescindível vencer os abutres que nos devoram o salário, o trabalho, o futuro e a vida!

**25 de Abril Sempre! Fascismo nunca mais! ■**



# Manifestação Nacional da Administração Pública a 14 de março

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FCSAP), estrutura que o STML integra, convocou para 14 de março uma manifestação nacional de todos os trabalhadores da administração pública, no ativo ou já aposentados e/ou reformados.

Uma jornada de luta que visa isolar e derrotar um governo que vê nos trabalhadores da administração pública um alvo a abater, um custo e uma despesa a reduzir e eliminar sem olhar a meios, respetivamente. Por isso, não damos tréguas a quem nos vê como um inimigo!

Com o PEC I, II e III, o PS/José Sócrates roubou-nos salários e direitos. De medidas transitórias, passaram a definitivas com o PSD/CDS de Passos Coelho e Paulo Portas. Ao roubo descarado de uns, somaram-se os roubos grosseiros de outros e os nossos rendimentos retrocedem décadas. A nossa vida e a vida das nossas famílias degradam-se inexoravelmente. Acresce o aumento brutal de impostos e o preço generalizado de bens essenciais. Observa-se a destruição em curso no acesso a importantes funções sociais do Estado como a saúde, a educação ou a segurança social.

Tudo é feito à conta da austeridade, imprescindível, dizem, para resgatar o país de décadas de uma má política pública e de uma vida, de milhões de portugueses, feita acima das suas, das nossas possibilidades! Será verdade este discurso que todos os dias nos invade a casa e nos confunde o pensamento e as ideias? **Não, não é!**

Os imensos e injustos sacrifícios a que fomos sujeitos, são o resultado de uma política arbitrária, defensora de interesses próprios e demasiados conhecidos. Referimo-nos aos interesses dos grandes grupos económicos e financeiros, destacando a banca privada. É para o grupo de indivíduos que lidera estes conglomerados, que o governo de Passos & Portas governam! Em detrimento, claro está, dos interesses da imensa maioria dos portugueses, mas também dos interesses nacionais.

De que outra forma se pode explicar as isenções e benefícios fiscais, no montante de milhares de milhões de euros que são concedidos a estes grandes grupos privados? Paralelamente, roubam salários e pensões!

De que forma se pode explicar a redução do IRC para as empresas quando paralelamente assistimos ao aumento brutal do IRS!

De que forma se pode explicar o aumento no número e fortuna de multimilionários portugueses, quando paralelamente se generaliza as dificuldades, a pobreza e a miséria no seio do nosso povo?



Ao contrário do que afirmam os ministros deste governo apátrida, não estamos agora perante uma suposta recuperação económica, nem muito menos num cenário mais positivo do que comparado com alguns meses atrás! Este é um discurso falso que procura criar melhores condições aos partidos do governo perspetivando o ato eleitoral para o Parlamento Europeu a 15 de maio. Será também neste mês que se espera a saída da troika do nosso país.

Os mesmos que convocaram a troika e assinaram o famigerado 'memorando de entendimento', autêntica declaração de guerra aos trabalhadores portugueses, afirmam agora estar 'ansiosos' pela sua saída. Observamos de facto um cinismo e uma hipocrisia sem limites e sem pudor!

Para este governo, os trabalhadores da administração pública, não passam de números quantificáveis numa folha de Excel. É nesta linha que se entende a obsessão pela tabela salarial única, perspetivando novos roubos. Uma medida em consonância com as declarações dos representantes da troika que exigem a continuação da política de baixos salários e o aprofundamento da sua diminuição, leia-se, a continuação dos roubos!

Mas na calha estão novas medidas, que procuram no essencial, reduzir o número de trabalhadores, através de despedimentos encapotados, degradando paralelamente serviços públicos essenciais às populações e abrindo espaço à tão propalada iniciativa privada.

É contra este governo e esta política que nos manifestamos! Porque somos trabalhadores da administração pública! Somos trabalhadores da administração pública local. Somos trabalhadores do município de Lisboa! Somos trabalhadores da Câmara Municipal, das empresas municipais e agora das juntas de freguesia de Lisboa!

Dia 14 de março exigimos a demissão deste governo ilegal e ilegítimo! Exigimos a devolução de todos os montantes roubados desde 2011! Lutamos pelas nossas vidas e por um futuro com dignidade! Lutamos pelo nosso país e em defesa da Constituição da República Portuguesa! ■

**Às 14h30 estaremos no Príncipe Real rumo à Assembleia da República! Todos os trabalhadores terão dispensa, ao abrigo da Lei Sindical, das 13h00 às 19h00. ■**

# ESPAÇO DOS APOSENTADOS

As reuniões da Comissão de Reformados do STML têm vindo a contar com uma crescente participação dos nossos associados, mercê de novas aposentações e de maior divulgação da nossa atividade.

## Ação reivindicativa

**22 de janeiro** – A Comissão de Reformados esteve presente nas galerias da Assembleia da República. Discutia-se a aplicação da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES) a todas as pensões com valor a partir de 1000€ e o aumento para 3,5% nas contribuições para a ADSE.

Promovida pela Inter-Reformados, a ação de protesto em S. Bento começou junto à entrada para as galerias com a denúncia de medidas gravosas e inconstitucionais, inseridas nessa lei nº 83-C/2013 de 31 de dezembro 2014, que penalizam violentamente os Reformados, os Aposentados e os Pensionistas.



**1 de fevereiro** – No Dia Nacional de Luta da CGTP contra a Exploração e o Empobrecimento – voltámos à rua.

A partir da concentração no Cais do Sodré, partimos em desfile até ao Restauradores, fazendo ecoar pelas ruas de Lisboa o nosso vigoroso protesto, expresso em muitas palavras de ordem: GOVERNO LADRÃO, ROUBA-ME A PENSÃO; REFORMADOS COM DIGNIDADE, NÃO QUEREMOS CARIDADE; e acima de todas: ESTÁ NA HORA, ESTÁ NA HORA, DE O GOVERNO SE IR EMBORA!

**13 de fevereiro** - Reclamação à Caixa Geral de Aposentações. A CGA está a cometer uma ilegalidade para com quem pediu a aposentação a partir do início de 2011. No cálculo da parcela correspondente ao tempo de serviço realizado até 2005 (P1), deduziram a quota de 11%, quando a quotização nessa data era de 10%, o que veio reduzir a pensão atribuída.



A Comissão de Aposentados da Administração Pública, a 9 de Janeiro, entregou uma reclamação à CGA, mas é importante que todos os lesados reclamem individualmente. Sobre o assunto remetemos, em 13 de Fevereiro, uma carta a todos os associados nesta situação.

**27 de fevereiro** – Marcha S. Bento “Contra a violação de direitos fundamentais; pelo Emprego, Salários, Pensões, Saúde, Educação e Proteção Social!

Com o lema “Contra os vampiros, marchar, marchar!”, a Comissão de Reformados do STML, integrada na Inter-Reformados, juntou-se à Marcha no Marquês de Pombal rumo à residência oficial do 1º ministro. **A indignação e o protesto têm de sair à rua enquanto há força e podemos lutar!**

## Ação Sociocultural



No 21 de janeiro visitámos os Paços do Concelho de Lisboa e enquanto percorríamos as diversas salas, alguns revisitavam o seu local de trabalho, outros recordavam a sua participação no rescaldo do incêndio de 1996.

Considerado um dos mais bonitos edifícios ao serviço do Estado português, foi construído no séc. XVIII e, anterior ao incêndio de 1863, resta uma única sala, o antigo arquivo histórico. O incêndio de 1996, deu aso a grandes obras de remodelação que recuperaram o seu traço original e lhe concederam alguma modernidade como a Sala de Sessões Públicas.

No dia 26 de fevereiro, a Comissão de Reformados visitou o Museu Arqueológico do Carmo instalado nas ruínas do antigo Convento e Igreja de Nª Sª do Carmo, mandados erigir por D. Nuno Álvares Pereira. Fundado em 1863, com o objetivo de salvaguardar o património nacional que estava a deteriorar-se, destinava-se a ser um “museu vivo”, onde os visitantes pudessem conhecer as técnicas arquitetónicas e artísticas. Possui um valioso acervo, sendo o único museu português, e um dos poucos da Europa, a possuir duas múmias em exposição permanente. ■



# Espaço dos Jovens

## Dia 28 de março comemora-se com luta o Dia Nacional da Juventude Trabalhadora!

O dia 28 de março, Dia Nacional da Juventude Trabalhadora, tem sido assinalado, nos últimos anos, com importantes ações que envolvem os jovens trabalhadores organizados nos seus sindicatos, trazendo à rua, e dando visibilidade, às lutas que desenvolvem e à legítima aspiração ao trabalho digno e com direitos.

No ano em que se comemoram os 40 anos da Revolução de Abril convém lembrar o direito constitucional, conquistado com Abril, ao trabalho com direitos e à proteção especial dos mais jovens, afirmando que foi com a luta intensa, realizando greves e manifestações, que os trabalhadores conquistaram a maior parte dos direitos que temos agora de continuar a defender, efetivando-os.

É necessário denunciar as discriminações ao nível dos vínculos de trabalho, combatendo a precariedade e o consequente desemprego, as diferenças salariais, a retirada de direitos e a intensificação da exploração no mundo do trabalho. Hoje são os mais jovens que constituem a maior percentagem dos que recebem o Salário Mínimo Nacional, sendo o grupo social para quem são definidas as chamadas “medidas ativas de emprego”, criadoras de ocupações temporárias em vez de trabalho digno e com direitos que temos exigido.

Recentemente, o Governo lançou o “Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem”, em que se incluem uma série de “medidas de emprego”, grande parte delas já existentes no IIEFP, que se enquadram na perspetiva do emprego como ocupação temporária, na criação de soluções paliativas, sem garantia de trabalho efetivo, com direitos e em condições de estabilidade e igualdade, como têm exigido, na sua luta



sem tréguas, os jovens trabalhadores portugueses.

Segundo o Governo, a *Garantia Jovem* visa proporcionar a todos os jovens até aos 30 anos uma “boa oportunidade de emprego, educação, aprendizagem ou estágio no prazo de 4 meses após os jovens entrarem em situação de desemprego ou abandonarem os estudos”.

Este Programa é apresentado numa altura em que o Governo prossegue uma política que todos os dias destrói milhares de empregos.

Os jovens trabalhadores sabem que não é com programas paliativos que os seus problemas de emprego são resolvidos. E sabem também que a redução do desemprego depende do crescimento da economia, do aumento dos salários e das pensões e do consumo, da dinamização da produção nacional, do aumento do investimento público e do fim do encerramento de serviços públicos. **Só assim é possível a criação de mais e melhor emprego!**

Por isso têm exigido na rua, nas suas empresas e locais de trabalho o fim do empobrecimento e o trabalho com direitos laborais e sociais que estão consagrados na **Constituição da República Portuguesa**, que estão a ser amplamente atacados.

O combate a esta situação só se fará com o amplo envolvimento e participação dos jovens trabalhadores, é neste contexto que apelamos a todos os jovens para que participem na Manifestação Nacional convocada pela INTERJOVEM/CGTP-IN para o **Largo do Carmo, no dia 28 de março, às 15h**, que fará convergir as ações de combate à precariedade e ao desemprego promovidas pelos Sindicatos durante os últimos meses. ■



## Área dos jovens do STML adere à plataforma 40X25

A “Plataforma 40x25” surge com o objetivo de afirmar a atualidade do Projeto da Revolução de Abril. Surge para planear, com as diversas organizações, um conjunto de iniciativas que alerte para a importância que têm as conquistas de Abril nas reivindicações e aspirações dos jovens portugueses que, ao lutarem pelo direito à Educação, à Cultura, ao Trabalho, à Paz e a uma vida digna, demonstram que ainda há muito a construir daquilo que Abril nos trouxe.

Uma das linhas fundamentais da intervenção desta Plataforma é a de alertar para a defesa da Constituição da República Portuguesa, rejeitando a ideia da sua alteração e do seu não cumprimento, realidade com que hoje nos confrontamos. Neste sentido, a realização de um amplo debate, de iniciativas e projetos que as Organizações possam desenvolver durante este ano, serão de todo o interesse nestas comemorações que queremos que estejam mais próximas e tenham a participação dos jovens trabalhadores portugueses dos mais variados sectores de atividade.

Apoiando o conteúdo político da causa defendida por esta plataforma criada, a área dos jovens do STML decidiu integra-la subscrevendo o seu manifesto.

### MANIFESTO DA PLATAFORMA 40X25:

«PORQUE QUEREMOS SER FELIZES NO NOSSO PAÍS, Comemoramos os 40 Anos da Revolução dos Cravos, que nos trouxe a paz, a liberdade, a democracia e a esperança no futuro!

Porque com o 25 de Abril conquistámos o direito a uma vida digna, a ter saúde, a trabalhar com direitos! Porque com o 25 de Abril conquistámos o direito a ter uma habitação condigna, a um ambiente sadio e à qualidade de vida! Porque com o 25 de Abril conquistámos o direito à juventude, a estudar, a aceder à cultura e a praticar o desporto! Porque com o 25 de Abril conquistámos o direito a decidirmos por nós próprios, como pessoas livres e como país soberano! Porque com o 25 de Abril escrevemos a Constituição que defende esses direitos, e que garante que tenham de ser cumpridos! Porque Abril é a conquista do futuro, contra quem nos diz que só há o caminho da desesperança! Porque Abril celebra o presente como mudança! Porque Abril é o sonho que se alcança!».



# Recuperação económica: a propaganda da direita está em marcha!

**N**ão tenhamos ilusões: os centros de decisão do grande capital, nomeadamente as estruturas europeias e o FMI, e o governo PSD/CDS-PP têm em curso uma gigantesca operação de propaganda enganosa procurando, com alguns elementos estatísticos que apontam a uma ténue recuperação económica, ocultar o desastre para onde conduziram e estão a conduzir o país.

Não há números saídos de projeções e estatísticas que alterem a realidade nacional, a situação dos trabalhadores e do povo, o agravamento da exploração e o empobrecimento. A política de direita provoca um rasto de retrocesso e injustiça e amputa o futuro a milhões de portugueses. O desemprego brutal, a degradação do poder de compra, os cortes nos salários e nas pensões ou o aumento e a desregulação dos horários de trabalho, são realidades chocantes que os boletins do Banco de Portugal ou os relatórios do Instituto Nacional de Estatística não conseguem branquear.

Como breve exercício para perceber o teor da falsidade e da mentira, basta olhar para alguns dos resultados desta política e equacioná-los com os “brilhantes” dados que sustentam a propaganda recuperação económica: mais de um milhão e quatrocentos mil desempregados, sendo que a maioria não usufrui de qualquer apoio social; Portugal lidera os relatórios europeus no desemprego jovem, sendo que se estão a condenar gerações à precariedade ou, como solução de recurso, à emigração; nega-se o acesso livre à saúde, sentenciando inúmeros portugueses a uma morte antecipada; reduz-se brutalmente os orçamentos da educação, conduzindo à degradação todas as estruturas públicas de ensino. Se quiser ir



mais longe, sugerimos que procure os números correspondentes a cada um destes factos, infelizmente tão reais, que não aparecem nos relatórios que demonstram o “sucesso” dos governantes da direita.

Esta gente (individual e coletivamente nas suas estruturas políticas ou institucionais) está claramente ao serviço dos interesses do grande capital. O objetivo é a apropriação da riqueza criada pelos trabalhadores e saquear em pouco tempo tudo aquilo que interessa. Privatizar sem pejo, destruir o Estado-social e desvalorizar fortemente o preço do trabalho são três pontos essenciais da agenda destruidora da direita para Portugal.

Depois da 10.ª avaliação do programa da troika e depois dos relatórios do FMI para Portugal que dizem, taxativamente, que a austeridade é o caminho (com ou sem troika), o

governo prepara-se para responder da maneira habitual. A direita propaga a propaganda com as eleições em vista, enquanto trabalha para tornar os cortes nos salários, nas pensões e nos apoios sociais, que apresentaram como temporários, definitivos. Trabalha nas alterações ao Código do Trabalho que facilitam os despedimentos sem justa causa e fragilizam ainda mais a contratação coletiva. Trabalha para agravar a legislação de trabalho da Administração Pública. Trabalha para promover ainda mais a precariedade e a redução dos salários. Trabalha para continuar a destruição dos serviços públicos e das funções sociais do Estado. Trabalha para continuar a política de privatizações, a que nem a água escapará.

É cada vez mais urgente uma rutura com a política de direita. Nenhuma propaganda pode valer para branquear um país devastado, mais pobre, mais desigual e, se tudo se mantiver como está, sem futuro. ■



# Eleições para o Parlamento Europeu: a 25 de maio vamos a votos!



**A**s eleições europeias do próximo dia 25 de maio são uma das mais importantes batalhas políticas dos últimos tempos, dado que é essencial e urgente derrubar o Governo de maioria PSD/CDS-PP e toda a política de direita que destrói e empobrece o País e os portugueses. Marcadamente influenciadas por uma forte tendência abstencionista por parte do eleitorado, as eleições europeias revestem-se, mais do que nunca, de uma importância suplementar, uma vez que será no voto que estará a resposta dos portugueses ao desastre da intervenção da troika e da estratégia da direita em Portugal.

Numa situação em que, quer o PSD e o CDS por um lado, quer o PS por outro, apresentarão o aprofundamento do federalismo europeu enquanto alegada solução para os problemas nacionais, é essencial que o voto de cada um de nós reflita a defesa pelos interesses e direitos dos trabalhadores, do povo e da soberania nacional. Por isso, o voto a 25 de maio ganha ainda contornos mais essenciais quanto à vontade soberana do povo e dos trabalhadores portugueses.

Entretanto, e apesar de ainda estarmos a menos de três meses do acto eleitoral, a direita orchestra já a sua estratégia de mentira e a propaganda, agora revestida de um tom triunfalista que roça o delírio (e a anedota, certamente). Uma estratégia que se intensifica à medida que se aproximam as eleições para o Parlamento Europeu, usada como expediente de um governo antipatriótico e criminoso que assim mascara os reais impactos e efeitos da sua política com logros e falácias.

Com o final do programa de assistência económico-financeira da troika a aproximar-se, a direita (quer no plano nacional como no internacional), alega “milagres” económicos e “bons caminhos” para

VOTE



um país cada vez mais devastado e pobre. Assim, pretende conquistar eleitores e minimizar impactos imediatos da sua política na luta dos trabalhadores e do povo.

O ato eleitoral que se avizinha surge como uma oportunidade para que todos nós obriguemos a direita a ser confrontada com a realidade de pobreza, de desigualdade e de sofrimento que tem paudado a vida da maioria dos portugueses. Porque, efetivamente, esse é o resultado de uma política depredadora de recursos, de direitos, de liberdades e garantias preconizada pela política de direita. Por isso, cabe a cada eleitor dizer “não” a este caminho, independentemente dos dogmas anunciados da “saída limpa” de um processo de resgate e de “ajustamento” que não significou mais do que a destruição de um país. Por sinal, o nosso!

A 25 de maio, nas urnas, vamos recusar o sequestro da democracia e de Portugal pela troika doméstica do PSD e do CDS, sem esquecer o PS, e pela troika estrangeira do FMI, BCE e Comissão europeia. O voto é essencial para travar o assalto e a abdicação dos interesses do povo e do país. O voto certo é determinante para mudar de rumo e construir um futuro para Portugal, para os trabalhadores e o povo. ■



# Dia Internacional da Mulher

**O Dia Internacional da Mulher é sinónimo de luta, uma luta secular pela emancipação das mulheres contra todas as formas de opressão e exploração.**

Em todo o mundo, o 8 de Março é celebrado como uma jornada de afirmação na conquista de direitos políticos, económicos, sociais e culturais. É também neste dia que as mulheres afirmam as suas razões pela Paz, contra todas as guerras.

Vivemos tempos marcados por um ataque sem precedentes às condições de vida e de trabalho, e aos direitos das mulheres conquistados com o 25 de Abril de 1974. Uma **Revolução** que pôs fim à ausência completa de direitos imposta pelo fascismo, inaugurando um tempo de direitos para as mulheres, no trabalho, na família, no ensino, na saúde, na vida política e social, e também a exigência do fim das discriminações, contra preconceitos e ideias retrógradas. A Constituição da República, aprovada em Abril de 1976, reconheceu o princípio da igualdade jurídica e interditou quaisquer discriminações por razões do sexo.

Quarenta anos após Abril, é preciso continuar a luta das mulheres por emprego de qualidade, direitos e igualdade, conquistas recentes da história de Portugal que urge defender para que as atuais e futuras gerações de mulheres vejam efetivados o direito à igualdade, **na lei e na vida**.

Existem propostas e lutamos por elas: emprego com direitos e sem precariedade, salários aumentados e SMN de 515 €. Horários de trabalho dignos e conciliação do trabalho com a vida familiar e pessoal, e a defesa da contratação coletiva como fonte de direito e progresso social.

A demissão do Governo, e uma verdadeira política alternativa que valorize o trabalho e dignifique as trabalhadoras, mostram-se imprescindíveis a um caminho de crescimento e desenvolvimento económico para Portugal. Melhorar a qualidade de



vida e uma mais justa repartição do rendimento nacional das trabalhadoras e das reformadas pela valorização dos salários e das pensões, a garantia da proteção social adequada no desemprego, doença, maternidade-paternidade, na invalidez e velhice.

**O STML assinalou o Dia Internacional da Mulher com a realização de uma ação no dia 7 de março, às 10.00h, com as mulheres trabalhadores do município de Lisboa em frente ao edifício municipal do Campo Grande. Neste dia, atuou um grupo de música composto por Vanessa Borges e Sofia Lisboa, para gáudio de todas e todos. Mas para além do convívio, da amizade e da camaradagem, sempre imprescindíveis, estivemos principalmente em luta, pelas nossas vidas e pelo nosso futuro! ■**

## Protocolos do STML

- |  |   |   |
|--|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"><li>• ISEC - Instituto Superior de Educação e Ciências<br/>Para os nossos associados, cônjuges e descendentes em 1.º grau:<ul style="list-style-type: none"><li>- 10% de desconto nas propinas;</li><li>- 12% de desconto na propina da licenciatura em Gestão Autárquica.</li></ul></li><li>• ISLA - Instituto Superior de Línguas e Administração</li><li>• ISG - Instituto Superior de Gestão</li><li>• IPES - Instituto Português de Estudos Superiores</li><li>• IESC - Instituto de Estudos Superiores de Contabilidade</li><li>• Escola Superior de Educação João de Deus</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• ISTEC - Instituto Superior de Tecnologias Avançadas</li><li>• COFAC - Universidade Lusófona<br/>- Instituto Superior de Humanidade e Tecnologia de Lisboa</li><li>- Instituto Superior Politécnico do Oeste</li><li>- Instituto Superior D. Dinis</li><li>- Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes</li><li>- Escola Superior de Educação Almeida Garrett</li><li>• Lancaster College</li><li>• Universidade Lusíada</li><li>• Mundi Travel</li><li>• Teatro da Cornucópia</li></ul> | <ul style="list-style-type: none"><li>• Viaggiatore - Companhia de Lazer e Turismo</li><li>• Millenium BCP</li><li>• ENAL - Escola Nacional de Automobilismo</li><li>• Mind - Project - Psicologia, Psicoterapia e Medicina</li><li>• MACIF - Companhia de Seguros</li><li>• Aldeamento Turístico de Palmela</li><li>• Viagens FALCON</li><li>• BP</li><li>• Optimus</li><li>• Vodafone</li><li>• Zon ■</li></ul> |
|--|---|---|